

FUP exige rigor na apuração das denúncias de corrupção na Petrobrás

Estamos com Dilma: “Não deve ficar pedra sobre pedra”

Em carta enviada nesta quinta-feira, 06, à presidenta da Petrobrás, Maria das Graças Foster, a direção da FUP cobrou “a mais rigorosa apuração e punição a todos os comprovadamente envolvidos” nas denúncias de corrupção na empresa. A Federação também reivindicou uma audiência o mais rápido possível com a executiva da estatal para que esses fatos sejam esclarecidos, bem como as medidas que estão sendo implementadas para apuração e solução dos desvios de gestão que sejam comprovados.

A FUP também quer discutir com a presidenta Graça a forma como tem



sido feita a distribuição das verbas publicitárias da Petrobrás à grande imprensa, bem como o cronograma

de recomposição de todos os postos de trabalho que foram disponibilizados em função do PIDV.

Trechos da carta

- “Diferente de campanhas presidenciais anteriores, a Petrobras deixou de estar no centro dos debates programáticos, sendo politicamente instrumentalizada em função das denúncias de sérios desvios de conduta de alguns de seus gestores”.
- “A elite brasileira e seu consórcio reacionário entreguista – da mídia à sua estrutura de poder paralelo - de tudo fizeram para impedir a quarta vitória do povo brasileiro”.
- “A questão de fundo desses setores é retornar o Brasil ao neoliberalismo, ao rentismo via FMI e aos interesses do império estadunidense. Instrumentalizada por uma mídia desregulada, comprada e subserviente, emularam a anti-política, o terrorismo econômico e o preconceito”.
- “Foram fatos que, como nunca, até hoje fragilizam a Petrobrás, a expõe frente à sanha privatista neoliberal e reforçam essas ideias ainda presentes na atual gestão da empresa”.
- “Mesmo diante dessa difícil circunstância, a categoria petroleira - diferente do silêncio adotado pela direção da Petrobras - soube separar o joio do trigo e enfrentamos essa contra-ofensiva conservadora”.
- “A Federação Única dos Petroleiros continuará combatendo sem tréguas os focos de corrupção na empresa ou em quaisquer entes públicos. O faremos com referência nos valores éticos da gestão pública e ao mesmo tempo no fortalecimento do patrimônio nacional”.
- “Reafirmamos mais uma vez que a atual política de contratação da Petrobrás e a desregulada terceirização em curso, além de ameaçarem a vida dos trabalhadores, contribuem para a prática da corrupção. Destacamos também que essas irregularidades deixaram sob dúvida a eficácia dos instrumentos de controle existentes na companhia”.
- “As petroleiras e os petroleiros apoiam o pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff de que “não deva ficar pedra sobre pedra” e, nessa perspectiva, defendemos a mais rigorosa apuração e punição a todos os comprovadamente envolvidos”.

Insegurança mata mais quatro trabalhadores na Petrobrás



Cerca de 700 trabalhadores de Taquipe (BA) protestaram contra a insegurança nas áreas de produção terrestre

O acúmulo de funções e a redução de custos são o pano de fundo de mais uma tragédia envolvendo trabalhadores terceirizados da Petrobrás. No último dia 02, três trabalhadores morreram e outros três ficaram feridos em um acidente de trajeto no interior da Bahia. A equipe de sondagem e perfuração da empresa Conterp estava sendo transportada para o campo de Bálamo, área de produção terrestre da UO-BA, quando a Kombi dirigida pelo mecânico colidiu com uma carreta na BR 101, a cerca de 140 quilômetros de Salvador.

Morreram no local o plataformista, Eduardo Carvalho dos Santos, 30 anos, o auxiliar de plataforma, Thiago dos Santos Lima, 23 anos, e o mecânico, Marivaldo Ferreira de Jesus, 40 anos, que acumulava a função de motorista e dirigia o veículo. Na noite anterior, ele havia trabalhado até a meia noite, mas teve que acordar às quatro horas da madru-

gada para buscar em Catu e Alagoinhas o restante da turma e transportá-la até o campo de Bálamo.

Na terça-feira, 04, o Sindipetro-BA realizou uma grande mobilização em Taquipe, onde cerca de 750 trabalhadores protestaram contra o acúmulo de funções e a insegurança. A Sonda operada pela Conterp está paralisada desde o dia 02 e continuará parada até que a empresa contrate motoristas para transportar os funcionários. “Essa situação absurda já havia sido alertada

à direção da Conterp pelo próprio SMS da empresa, mas nenhuma medida foi tomada”, revela Radiovaldo Santos, diretor do Sindipetro-BA. Ele informou que outras empresas de sondagem que prestam serviço para a Petrobrás, como a Service, também obrigam os funcionários a acumularem a função de motorista. O sindicato exigirá da Petrobrás a adequação dos transportes dos contratados e ingressará com ações penais para responsabilizar as empresas pelas mortes dos trabalhadores.

Mergulhador da P-31 morre após passar mal no fundo do mar

Outra morte chocou os trabalhadores neste início de novembro. O mergulhador Thiago Mateus Coutinho de Oliveira, 31 anos, da empresa Sistac, que prestava serviços na P-31, na Bacia de Campos, faleceu a bordo da plataforma no último dia 04. Segundo

relatos dos trabalhadores a bordo, ele passou mal no fundo do mar, a 12 metros de profundidade, quando trabalhava num “slot” de um duto da plataforma. O mergulhador foi socorrido e colocado no sino, mas já chegou sem vida à enfermaria da unidade.

FUP já registrou 14 mortes desde janeiro

Desde o início do ano, 14 trabalhadores morreram em acidentes no Sistema Petrobrás: nove no E&P, quatro em unidades do Abast e um no Gás e Energia. O ano de 2014 já começou com dois acidentes fatais em janeiro, seguido de mais duas mortes em março. Nos meses seguintes, tivemos

várias ocorrências graves, principalmente nas refinarias, que resultaram na perda de dois trabalhadores, entre eles um operador da Reman de 26 anos que havia sido admitido há pouco mais de um ano pela Petrobrás. Enquanto os gestores da empresa agiam como se nada de grave

acontecia, em setembro tivemos mais quatro acidentes fatais e agora perdemos novamente mais quatro companheiros. E o SMS da Petrobrás nada faz para promover mudanças estruturais na política de segurança da empresa, como cobram a FUP e seus sindicatos.

No ES, petroleiro de 25 anos teve a perna amputada

Há um mês, outro acidente grave em unidade da Petrobrás alterou para sempre a vida de um trabalhador. Glaucio Parreira Queiroz, de 25 anos, operador de equipamentos da Perbrás, sofreu queimaduras graves, teve uma das pernas amputada e quase perdeu a visão de um dos olhos em consequência de um acidente de trabalho na manhã do dia 4

de outubro. Ele operava um dos poços de produção terrestre em São Mateus, no norte do Espírito Santo, e durante uma operação de circulação de óleo quente, conhecida como desparafinação, houve o rompimento de um niple de 2" da linha de bypass que atingiu o trabalhador na perna acompanhado de forte pressão de óleo quente.



Curto circuito na Rlam queima trabalhador

O eletricitista Jucivaldo Teles, supervisor da empresa Cemon, que presta serviços para a Petrobrás na Bahia, sofreu queimaduras de segundo e terceiro grau no rosto, pescoço e mãos, ao se acidentar no

dia 30 de outubro, durante manutenção de equipamentos na Rlam. Ele foi atender a uma solicitação de serviço em um equipamento que estava sem sinalização e ao testar a máquina, houve um curto circuito

no painel, que, segundo denúncias dos trabalhadores, estava fora das especificações da NR-10. Jucivaldo está internado no Centro de Tratamento de Queimados do Hospital de Medicina Humana, em Candeias.

CNQ denuncia tentativa de retrocessos no Fator Acidentário de Prevenção

A Confederação Nacional do Ramo Químico da CUT (CNQ) denunciou a intenção da Previdência Social de "dar um golpe e impor o retrocesso" no Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Segundo a entidade, na última reunião do Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS), ocorrida no dia 30 de outubro, a área técnica da Previdência Social apresentou uma proposta que atende à bancada dos empregadores e que poderá descaracterizar o acordo feito em 2009 com as centrais sindicais.

"Essas propostas representam um retrocesso e golpe nas resoluções 1308, 1309 e 1316 do CNPS ratificadas pelo Decreto Presidencial 6.957/2009", ressalta a CNQ, alertando para a intenção da Previdência Social de aprova-las ainda neste mês de novembro. "Essas propostas foram apresentadas sem que se seja definido o futuro de quem vai estar na Previdência. Sabemos que internamente a própria Previdência tem tempo até junho de

2015 se quiser fazer alguma mudança técnica do FAP para 2016, dialogando com os atores sociais", informa a Confederação.

As mudanças propostas são: alteração da fórmula de cálculo do FAP, desonerando ainda mais as empresas e impondo prejuízos aos cofres públicos; exclusão dos acidentados com menos de 15 dias (segundo o próprio Ministério da Previdência Social, isso significaria reduzir 58% dos acidentes contabilizados, o que aumentaria a subnotificação); exclusão dos acidentes de trajeto; exclusão do bloqueio de bonificação em caso de morte ou de invalidez e em caso de taxa média de rotatividade maior que 75%. Segundo a bancada dos trabalhadores no CNPS, todas estas alterações propostas pelos patrões e endossadas pela Previdência Social significarão na prática o fim do Fator Acidentário de Prevenção, desprotegendo os trabalhadores e liberando ainda mais a precarização e insegurança nas empresas.

Entenda o FAP

O Fator Acidentário de Prevenção (FAP) é um importante instrumento das políticas públicas relativas à saúde e segurança no trabalho. É calculado sempre sobre os dois últimos anos de todo o histórico de acidentalidade e de registros acidentários da Previdência Social, por empresa. A aferição varia de 0,5 a 2 pontos, com base no índice de frequência dos acidentes, gravidade da ocorrências e custos dos benefícios por afastamento cobertos pela Previdência. O FAP é utilizado para calcular a contribuição dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT), a ser aplicada às alíquotas de 1% (atividades de risco mínimo), 2% (atividades de risco médio) ou 3% (atividades de risco máximo, como é o caso da indústria de petróleo), incidentes sobre a folha de salários das empresas para custear aposentadorias especiais e benefícios decorrentes de acidentes de trabalho.

Movimentos sociais pressionam por Reforma Política e regulação da mídia



O dia 04 de novembro foi marcado por manifestações em São Paulo, Curitiba, Maranhão, Aracaju, Fortaleza, Salvador, João Pessoa, Recife e Belo Horizonte em defesa de uma Constituinte Exclusiva para a Reforma Política. Nos dias 5 e 6 de novembro, as centrais sindicais e os movimentos populares ocuparam a entrada do Congresso Nacional, em Brasília, onde se manifestaram em repúdio à derrubada do Decreto que instituiu o Plano Nacional de Participação Social e cobraram que a sociedade seja ouvida nas reformas necessárias para o país.

Também no dia 04 de novembro, movimentos sociais e sindicais se reuniram na capital paulista para avaliar a conjuntura política após o acirrado processo eleitoral e definiram que o plebiscito pela reforma política e a regulação da mídia são bandeiras centrais para o avanço das principais reivindicações da sociedade organizada. No início de 2015, as entidades realizarão um grande fórum nacional de lutas para avançar na pauta unificada dos movimentos sociais.

Segundo o presidente da CUT Nacional, Vagner Freitas, a unidade na atual conjuntura política é fundamental. “Precisamos manter bandeiras unitárias de lutas, pois a direita continua com a mesma prática, querendo pautar a política com capas de revistas, ofensas aos nordestinos e pedido de impeachment a

quem ainda não tomou posse”, afirmou. Ele reiterou que a agenda que ganhou as eleições foi a que fala da reforma política, da reforma tributária, do fortalecimento dos blocos latino americanos, da regulação da mídia e da continuidade de políticas públicas como moradia, educação, saúde, segurança e transporte. “Nosso papel é empurrar o governo ainda mais à esquerda. O governo foi eleito para avançar nessas pautas.”, ressaltou o presidente da CUT

Mãe das reformas

Integrante da Coordenação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Ana Paula Ribeiro destacou que a mãe das reformas é a Reforma Política, mas têm outras que há muito tempo deveriam ter sido feitas. “Há, por exemplo, a reforma agrária, que não avança. A reforma urbana, que precisamos bater de frente com forças militares para que houvesse o mínimo de avanço”. Para ela, é indispensável se contrapor aos interesses do recém eleito Congresso Nacional, que tem caráter conservador. “É preciso reconhecer que esta luta será necessária, ou não avançaremos”.

Para Igor Felipe Santos, da Secretaria Nacional do MST, o segundo turno das eleições reorganizou as forças populares do campo da esquerda. Segundo ele, isso é o que dará sustenta-

ção para resistir ao projetos da direita e avançar nas bandeiras progressistas. “Temos que criar fóruns ampliados que reúna cada vez mais forças, pois o sentimento de descrença do sistema político é comum”, destaca.

Regulação da Mídia

O dirigente da UNE, Ivo Braga, lembrou que o resultado das eleições mostra um acirramento na luta dos movimentos sociais. Para o estudante, o plebiscito da Reforma Política é tão urgente, quanto a regulação da mídia. “Não pode parecer natural ao povo brasileiro que uma revista [Veja], momentos antes da eleição, surja com uma capa favorável ao Aécio Neves para mudar o cenário das urnas.”, destacou. Braga defende que para ampliar as políticas sociais - principalmente as que envolvem os jovens nas universidades - o caminho é o povo nas ruas.

Novas mobilizações

Entre os dias 09 e 15 de novembro, os movimentos sociais voltam a se manifestar pela convocação de uma Constituinte Exclusiva para a Reforma Política. Estão previstas audiências públicas e uma grande manifestação de rua no dia 13 de novembro.

Nos dias 13 e 14 de dezembro, serão realizadas mobilizações em defesa da democratização dos meios de comunicação.